

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul – CAU MS**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul – CAU MS**

**Demonstrações contábeis**

**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balanço patrimonial**

**Balanço financeiro**

**Balanço orçamentário**

**Demonstração das variações patrimoniais**

**Demonstração dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul – CAU MS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno do CAU MS, Anexo à Deliberação Plenária Nº 107 DPOMS 0047-3.2015.

O Conselho está localizado na Rua Espírito Santo, nº 205, Bairro Jardim dos Estados, CEP: 79.020-080, Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Presidência deste Conselho em 02 de janeiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

* Provisões para férias de empregados/funcionários;
* Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
* Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
* Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

**3.1. Caixa e equivalente de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**3.2 Contas a receber de anuidades**

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU MS, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso, o que ainda não existe para o exercício social em análise. O CAU MS sabe da importância da constituição de provisão para perdas de créditos (valores a receber), no entanto os controles de acompanhamento da inadimplência, através dos relatórios gerencias extraídos do SICCAU (Relatórios 14 e 15 do SICCAU) iniciaram muito recentemente. Como não há mensuração do histórico de inadimplência para apuração de Provisão para Devedores Duvidosos, logo que possível o CAU MS, mediante estudos analíticos, fará a composição de saldo e principalmente, de um percentual adotado.

**3.3 Estoques**

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

**3.4 Ativo Realizável a Longo Prazo**

No Ativo Realizável a Longo Prazo encontram-se inscritos os valores correspondentes a Dívida Ativa que são formados pelo conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no Ativo Não Circulante da Entidade. Não se confunde com a Dívida Pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no Passivo Não Circulante.

**3.5. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:



Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul adotou como padrão o valor Residual/Revenda o valor de 10% do valor do custo histórico do bem (custo de aquisição).

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

**3.6. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

**3.7. Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

**3.8. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades desenvolvidas pelo CAU MS, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**3.9. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

**3.10. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade Pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

**3.11. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

**3.12. Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;

b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e

d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

**3.13. Demonstração das variações patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

**3.14. Demonstração do fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e

c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

**4. Gestão de risco financeiro**

**4.1. Considerações gerais e políticas**

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

1. **Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para o exercício financeiro de 2016, o risco de crédito ainda não ficou evidenciado em notas explicativas, tendo em vista o início do cômputo e apuração dos créditos a receber, oriundos das anuidades de pessoa física e jurídica, para os períodos de 2012 a 2016.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

1. **Risco de mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

1. **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

### **5. Caixa e equivalentes de caixa**



As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

**6. Créditos de curto prazo**



A Entidade registrará a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os valores apresentados em Contas a receber, em 31 de dezembro de 2016, se subdividem em dois grupos: os valores a receber referente a anuidades de pessoas físicas e os valores a receber oriundos de anuidades de pessoas jurídicas. Dados extraídos do SICCAU (Relatórios Financeiros 14 e 15).

Os valores a receber referente a anuidades de pessoa física e jurídica estão dispostos conforme planilha abaixo:



**7. Demais Créditos e Valores de curto prazo**

Para o valor apresentado no subgrupo do Ativo Circulante, denominado de Demais Créditos e valores em curto prazo, a entidade registra os valores referente a adiantamento de férias (conta contábil 1.1.3.1.2.01 – Adiantamento de férias) e valores a receber proveniente de processos de ressarcimento a profissionais (1.1.3.3.3.02 – CAU/BR), por motivos de pagamento de boletos bancários em duplicidade.

Os saldos dos Demais créditos e Valores de curto prazo estão dispostos conforme planilha abaixo:



Para o exercício social de 2016, a contabilidade registrou o valor acumulado para Adiantamento de Férias, no mesmo dia 28 de dezembro, os processos administrativos de férias concedidas aos funcionários Cláudio Lísias Lucchese (Processo Administrativo nº 033/2017), no valor de R$ 10.668,99 (dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos) e Juliana Moraes Nunes Evangelista (Processo administrativo nº 034/2017), no valor de R$ 1.629,04 (Mil seiscentos e vinte nove reais e quatro centavos). Ambos os processos já estão baixados na contabilidade de janeiro de 2017.

Para os valores a receber junto ao CAU/BR, a contabilidade registrou dois processos de ressarcimento: Processo Administrativo 263/2016 (Profissional Camila Augusta Florindo) e Processo Administrativo 264/2016 (Profissional Paulo Henrique Medeiros Rostey), nos quais o motivo/justificativa do pedido era o mesmo: pagamento em duplicidade de boleto bancário (taxa RRT). Ambos os processos possuem Parecer Jurídico (Parecer Jurídico nº 230/2016 e Parecer Jurídico nº 229/2016, respectivamente) e estão representados pelos valores que são devidos pelo CAU/BR ao CAU/MS (cota parte = 20%). Os valores já foram recebidos em janeiro de 2017.

**8. Ativo Realizável a Longo Prazo**

O processo de Inscrição em Dívida Ativa resultou no valor disposto em Créditos a Longo Prazo (Ativo Não Circulante). Os valores apresentados constam em Relatório Gerencial Financeiro, extraído da Plataforma SICCAU (Relatórios Financeiros 14 e 15).

Os processos de inscrição e cobrança dar-se-ão durante o exercício de 2017, e para este exercício social em análise (2016), foram inscritos apenas os valores correspondentes ao exercício financeiro de 2012, para anuidades de pessoas físicas e para anuidades de pessoas jurídicas.

Os valores estão dispostos conforme a planilha abaixo:



Os valores inscritos em Dívida Ativa tiveram como contrapartida na contabilidade, o respectivo registro em Variação Patrimonial Aumentativa, derivado de Receitas com Contribuições Sociais, Anuidades de Pessoa Física e Anuidades de Pessoa Jurídica.

Lançamentos Contábeis:

D – 1.2.1.1.3.01.01.01 – Decorrente de Anuidades de Pessoa Física – Ex. Social de 2012

C – 4.2.1.1.1.01.01.05 – Dívida Ativa PF – Principal R$ 47.593,54\*

\*valor extraído da Plataforma SICCAU, Relatório nº15.

D – 1.2.1.1.3.01.02.01 – Decorrente de Anuidades de Pessoa Jurídica – Ex. Social de 2012

C – 4.2.1.1.1.01.01.06 – dívida Ativa PJ – Principal R$30.564,18\*

\*valor extraído da Plataforma SICCAU, Relatório nº 14.

**9. Imobilizado**



A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

O registro da Depreciação de modo automático e consequente integralização dos sistemas contábeis e patrimonial, constitui um grande avanço no controle da composição patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

**10. Fornecedores a pagar**



Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:



Os valores com vencimento para Até 30 dias representam as despesas com Serviços de telecomunicações, Banda Larga e assinatura mensal de linhas telefônicas para o período de Dezembro de 2016 e, que já estão pagas em Janeiro de 2017.

Já o valor disposto para vencimento de 31 a 60 dias, representa uma despesa com a confecção de calendários para o exercício social de 2017. Como o processo iniciou em Dezembro de 2016, conforme Nota de Empenho nº 361, Fornecedor Copicad Soluções em Impressões LTDA – ME. O Processo obedeceu todo o trâmite legal, e possui Comunicação Interna nº 054/2015-2017, da Gerência Administrativa e Financeira da Entidade.

**11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais**



As Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo estão dispostas da seguinte forma:



Estes valores estão registrados no Passivo Circulante, tendo em vista que representam obrigações desta Entidade para serem realizadas até o término do exercício financeiro subsequente a data do fechamento deste Balanço Patrimonial (31.12.2016).

**12. Provisão para riscos processuais**

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:



A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:



1. **Natureza das contingências**

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Contra o Conselho de Arquitetura e urbanismo de Mato Grosso do Sul estão sendo movidas duas ações trabalhistas, sendo a primeira da Autora Ângela Cristina Santos Gil Lins, Processo nº 0025552-33.2015.5.24.0006 (movido na 6ª Vara do Trabalho de Campo Grande) tendo como valor provável de realização de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), e a segundo da Autora Patrícia de Oliveira Georges, Processo nº 0024628-82.2016.5.24.0007 (movido na 7ª Vara do Trabalho de Campo Grande), sendo esta última num valor provável de realização de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

1. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

Em 31 de dezembro de 2016 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R$ 50.000,00 (2015 - R$ 30.000,00) decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

13. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há remuneração dos Conselheiros titulares e/ou Conselheiros suplentes, e dos órgãos colegiados.

Não há a concessão de benefício quanto ao uso de veículos por parte dos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria.

**14. Despesas por natureza**



**15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro**



O ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

O passivo financeiro é calculado a partir das contas crédito empenhado a liquidar e contas do passivo que representem obrigações independentes de autorização orçamentária para serem realizadas.

O Superávit Financeiro constitui entre a diferença positiva do ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais.

**17. Seguros**

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:



Os valores apresentado para os itens “Complexo das atividades”, “Responsabilidade Civil” e “Lucros Cessantes” estão dispostos na Apólice nº 18-34-004.421, com data de emissão de 20 de janeiro de 2017, referente ao contrato nº 82954117 / 1, proposta 5386979, contratado com a Seguradora Liberty Seguros S/A, CNPJ 61.550.141/0001-72. Apólice com vigência das 24 horas de 24 de agosto de 2016 às 24 horas de 24 de agosto de 2017.

Os valores apresentados para o item “veículos” estão dispostos de modo unitário. Portanto, para cada veículo do Conselho, os valores segurados estão dispostos por tipo de cobertura.

A apólice do item “veículos” é a de nº 01.059.131.008904, constante da renovação Versão: 08.75.00, contratada junto a HDI Seguros S.A., CNPJ 29.980.158/0052-05, proposta 97212255, e com vigência das 24 horas do dia 06 de agosto de 2016 às 24 horas do dia 06 de agosto de 2017.

Para ambas as apólices contratadas em 2016, o Corretor foi a Empresa   
SCUDLER ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA – EPP, CNPJ 01.354.256/0001-60.

**17. Relacionamento com os auditores independentes**

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, encerrados nos períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2015.

**18. Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes a data do encerramento do Exercício Social de 2016, o que tornou desnecessário qualquer apontamento em Notas Explicativas de um tópico específico para Eventos Subsequentes.

Campo Grande- MS, 07 de fevereiro de 2017.

Responsáveis pelas informações:

***Contador Moacir Dias Cardoso Junior***

Contador do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

de Mato Grosso do Sul

CRC/MS 012685 – O

***Arquiteto e urbanista Cláudio Lisias Lucchese***

Gerente Administrativo e Financeiro do Conselho

de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul

CPF 031.124.538-24

***Arquiteto e urbanista Osvaldo Abrão de Souza***

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

de Mato Grosso do Sul

CPF 081.788.101-82